



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MARIA ROSÂNGELA PEREIRA DE ASSIS

A UTILIZAÇÃO DO JOGO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

**CAMPINA GRANDE
2018**

MARIA ROSÂNGELA PEREIRA DE ASSIS

A UTILIZAÇÃO DO JOGO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Artigo apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr^a. Diana Sampaio Braga.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A848u Assis, Maria Rosangela Pereira de.
A utilização do jogo para crianças com deficiência auditiva
[manuscrito] : / Maria Rosangela Pereira de Assis. - 2018.
30 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Drª. Diana Sampaio Braga ,
Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Educação especial. 2. Pessoas portadoras de
deficiência . 3. Deficiência auditiva. 4. Inclusão escolar. 5.
Jogos educativos.

21. ed. CDD 371.9

MARIA ROSÂNGELA PEREIRA DE ASSIS

A UTILIZAÇÃO DO JOGO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Artigo apresentado à coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr.^a Diana Sampaio Braga.

Aprovada em 26/02/2018 9,0

BANCA EXAMINADORA

Diana Sampaio Braga 9,0
Prof. Dr.^a Diana Sampaio Braga (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Livânia Beltrão Tavares 9,0
Prof. Me. Livânia Beltrão Tavares
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro 9,0
Prof. Me. Ruth Barbosa de Araújo Ribeiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo seu amor imensurável que teve e continua tendo durante todos os anos da minha vida pessoal, profissional e acadêmica.

À minha mãe Maria Dione pela compreensão, dedicação, humildade e sabedoria, tendo em vista que a vida lhe proporcionou poucas oportunidades de conhecimento e alegria, porém, não permitiu que as suas experiências negativas conduzissem a sua caminhada pela vida. À minha querida irmã Rosemary, que sempre me ensinou a pensar de uma maneira diferente e também a ser um diferencial, mostrando que não precisamos pensar e agir como todos ou a sua maioria, mas ter uma opinião diferenciada contribuindo para o bem comum.

À minha família pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Agradeço também aos meus professores que tive, pois, todos de alguma maneira me ensinaram a pensar e refletir, sobre o profissional que almejo ser, mostrando que é preciso olhar cada aluno de forma diferenciada, uma vez que, somos todos diferentes. Aos participantes da minha vida que contribuíram de forma positiva, seja ele, diretamente e indiretamente, me dando ânimo para permanecer, e por fim, não posso deixar de citar minha querida turma de graduação, onde todos foram verdadeiros guerreiros corajosos, enfrentando a difícil batalha acadêmica.

“Os filhos são um presente do SENHOR; eles são uma verdadeira bênção.”

Salmos 127:3

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	08
2.1	O Tratamento da deficiência auditiva no século XII.....	08
2.2	O Tratamento da Deficiência auditiva a partir o século XVIII	09
2.3	O tratamento da deficiência auditiva a partir do século XIX.....	09
2.4	O tratamento da deficiência auditiva a partir do século XX.....	10
3	A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL.....	11
4	EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEIS NO BRASIL.....	11
4.1	Declaração universal dos direitos humanos.....	11
4.2	Constituição federal de 1988.....	12
4.3	Declaração de Salamanca.....	12
4.4	Lei De Diretrizes E Bases – LDB.....	14
5	DEFICIÊNCIA AUDITIVA	15
5.1	O que é deficiência auditiva?.....	15
5.2	Distinções entre deficiência e surdez	17
6	A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	17
6.1	O que é atendimento educacional especializado – AEE?.....	17
6.2	Qual o papel do professor do AEE?.....	18
6.3	Qual é a importância da sala de recurso multifuncional?.....	18
7	O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS PESSOAS COM SURDEZ	19
8	A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	19
9	LOCAL DA PESQUISA.....	20
9.1	Estudo de caso.....	20
9.2	Metodologia.....	21
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS	26

A UTILIZAÇÃO DO JOGO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Maria Rosângela Pereira De Assis

RESUMO

A inclusão e aceitação de crianças com necessidades educativas especiais crescem a cada dia dentro das escolas públicas e privadas do país, permitindo assim que, tenham contato com outras crianças, não apenas ditas normais, mas também com outras crianças com necessidades educativas especiais. A partir do momento em que uma criança com necessidades educacionais específicas é inserida dentro da sala de aula, é uma novidade para todos da escola, para a professora que irá aprender a como lidar com as próprias barreiras e também com as limitações da criança, as crianças da sala que irão conhecer um novo companheiro, e também terão que aprender a conviver com o novo amigo, o aluno com necessidades educativas, terá que adaptar-se a um ambiente novo, com regras, ambientes diferentes, horários específicos para a realização de diferentes tipos de atividades. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é relatar a observação e abordagem trabalhada de forma construtiva, e diversificadas, experiências vividas durante o ingresso de uma criança surda oralizada com implante coclear em uma sala de aula mista de 4º e 5º ano do fundamental 1, para tanto, foram aplicadas atividades direcionadas para as necessidades específicas da criança e também para as demais crianças da turma. As atividades escolhidas foram os jogos pedagógicos Coesão e Coerência e o bingo com o texto: A casa e seu dono, de Elias José, que visam trabalhar a leitura, escrita e a construção de pequenas frases. Os resultados obtidos foram positivos para a criança surda implantada, que se mostrou participativa e comprometida com a escola.

Palavras-chave: Inclusão, Jogo, Criança, Escola.

1 INTRODUÇÃO

A educação sempre foi alvo de diversas discussões abordando críticas construtivas e negativas, pois a educação deve ser beneficiada a todos, sejam eles, favoráveis ou não de condições financeiras. Porém, ao analisar a educação como um todo, podemos perceber que a educação é a aplicação dos procedimentos próprios de ensino para certificar e ampliar a formação e o desenvolvimento individual e coletivo seja ele, físico, intelectual e moral.

A educação inclusiva em linhas gerais ainda é um grande desafio a ser vencido, pois, no passado as crianças com necessidades especiais eram separadas das famílias, pois, não era permitido que crianças ‘imperfeitas’, fizessem parte de algo tão perfeito ‘a família’. Portanto, vários direitos eram negados a essas crianças, entre eles a convivência com a família e a educação.

O presente trabalho consiste na abordagem do estudo de caso onde podemos analisar a importância de ter os recursos didáticos apropriados dentro da sala de aula para trabalhar de maneira diversificada com todos os alunos, sendo ele com limitações e necessidades especiais ou não, assim com também, aborda experiências vivenciadas dentro de sala de aula.

Sendo assim, observando o desenvolvimento gradativo da aprendizagem de uma criança surda implantada e oralizada, inserida em sala mista de escola privada regular.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O tratamento da deficiência auditiva no século XII.

A história da educação de surdos tem seu primeiro registro no século XII, onde segundo a concepção dos gregos e romanos as pessoas surdas não eram consideradas como humanas, pois, como não ouviam também não falavam. A sociedade daquela época achava que os surdos não pensavam e como consequências não podiam frequentar a escola, casar, ser citado em testamentos e até mesmo receber herança.

Márcia Honora cita em seu livro, *Inclusão educacional de alunos com surdez: Concepção e alfabetização* relata que, o filósofo Aristóteles defendia que, o sucesso da escolarização dependia do sentido da audição. Segundo ele “A linguagem é que dá ao indivíduo a condição de humano.” Com isso, a educação era proibida para as pessoas surdas.

A Igreja Católica desempenhava um grande controle sobre a sociedade na época da Idade Média, difundindo a ideia de discriminação a respeito das pessoas com deficiência, pois, segundo a igreja os fiéis estavam cumprindo e obedecendo a palavra de Deus, que diz:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; e domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado, e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus os criou; macho e fêmea os criou.

(Gênesis 1: 26 – 27)

Com base nisso, as pessoas com deficiência, nesse caso surdas, não eram aceitas pela família e nem pela sociedade, eram excluídas do convívio social, pois, por não estarem dentro dos padrões de normalidade, ou seja, os padrões ditos e exigidos pela sociedade, não eram consideradas humanas.

Como na época era comum o casamento consanguíneo, entre parentes, também era comum nascerem crianças com deficiência, entre elas, crianças com deficiência auditiva. Ao nascerem, as crianças que a sua deficiência era perceptível, eram isoladas, amamentadas por

uma ama de leite e na maioria dos casos morava na casa dos fundos dos seus pais. No caso de crianças surdas, esse processo era feito mais tardiamente, pois, ao nascer a deficiência não era perceptível.

Diante do fato da Igreja Católica considerar a importância de realizar o frequente hábito da confissão, os surdos não podiam realizá-lo, fato este que incomodava os dirigentes da igreja, com isso, houve a necessidade da Igreja Católica convidar monges que em troca de boas riquezas deveriam ser preceptores dos surdos. O primeiro alfabeto manual que temos na história foi criado pelo monge beneditino Pedro Ponce de León e também por dois surdos espanhóis.

Muitos senhores enviavam os seus filhos ao mosteiro, na esperança de que o alfabeto criado pelos monges tivesse a função de prover uma omissão da fala.

Na educação dos surdos o ensino era realizado de forma secreta, pois como já dito antes, havia uma grande quantidade de dinheiro envolvido, e os monges deveriam apresentar resultados positivos na fala e na escrita dos alunos.

2.2 O tratamento da deficiência auditiva a partir do século XVIII.

Em 1760 o francês Charles-Michel de L'Épée considerado o “Pai dos Surdos”, foi o criador da primeira instituição educacional pública para surdos, sendo intitulado como o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, hoje recebe o nome de Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris. Podemos perceber assim, que na época a expressão surda-muda era bastante comum, hoje sabemos que, um indivíduo era ‘mudo’, ou seja, não falava por que não ouvia. Sendo assim o indivíduo não ouvia e conseqüentemente não poderia falar.

Após a morte de Charles-Michel de L'Épée, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos, passou por vários diretores, alguns dirigentes foram capazes de cometerem crueldades. Dentre elas podemos citar: trabalhar unicamente com a oralização dos alunos com surdez, dissecação com cadáveres dos Surdos, fraturas cranianas, perfuração da membrana timpânica, devido às essas mediações um dos alunos do Instituto Nacional para Surdos-Mudos morreu.

2.3 O tratamento da deficiência auditiva a partir do século XIX.

Em Washington, nos Estados Unidos foi montada em 1864, a primeira faculdade para Surdos, que ainda hoje existe com o nome Universidade de Gallaudat, cujo objetivo principal é a língua de sinais.

Um fato que marcou a história da educação dos surdos foi um evento que reuniu representantes estudiosos renomados em surdez, de 54 países em um Congresso Mundial de Surdos-mudos em Milão na Itália, no ano de 1880. Desses representantes apenas um era surdo e 53 representantes eram ouvintes. Com o intuito de encontrar uma forma de educar pessoas surdas, os estudiosos decidiram realizar uma votação, mas, um fato chamou a atenção, pois na hora da votação, o representante surdo foi convidado a se retirar do ambiente de votação, deixando assim de expor a sua opinião sobre os fatos propostos.

A partir de uma votação de professores ouvintes, que consideravam a Língua de Sinais como prejudicial para o desenvolvimento, todas as Escolas de Surdos do Mundo adotaram o Oralismo.

(GOMES, 2012, p.169)

De acordo com a votação ficou determinado que:

A fala é incontestavelmente superior aos Sinais e deve ter preferência na educação dos Surdos;

O método oral puro deve ser preferido ao método combinado.

(HONORA, 2014, p. 57)

Com isso, os surdos foram impedidos de usarem a língua de sinais. Nessa mesma época, os surdos que frequentavam a escola, recebiam aulas apenas de forma oral, e se os alunos continuassem em usar a Língua de Sinais, tinham as suas mãos amarradas para trás e em alguns casos os alunos apanhavam com a palmatória.

A proibição do uso da Língua de Sinais fez com que os alunos surdos ficassem impedidos de dar continuidade aos estudos e por tanto de exercer um papel social. Após anos de estudos aos quais eram expostos, os surdos assumiam a profissão de sapateiros ou de costureiros. Percebemos então que, eram profissões nas quais não era necessário o uso da fala, e, como os surdos não chegaram a falar, pela sociedade eram tidos como retardados.

2.4 O tratamento da deficiência auditiva a partir do século XX.

Honora relata que:

O uso da Língua de Sinais só passou a ser aceito a partir de 1970, quando a comunicação Total surgiu como uma metodologia que tinha como princípio o uso da língua oral e a sinalizada que podiam ser usadas concomitantemente.

(HONORA, 2014, p. 57)

Podemos ver que, a metodologia de ensino para surdos de forma oral e sinalizada na época eram as mais adequadas, para que houvesse uma comunicação entre ambas às partes, professor e aluno. Percebemos assim que, já era possível ver um avanço para o ensino e metodologia adotados para os surdos, pois usadas simultaneamente à linguagem oral e sinalizada tinha como objetivo facilitar a comunicação e o entendimento entre pessoas surdas e ouvintes.

Segundo Carlos Skliar, em seu livro *Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e Linguística*, relata que:

Existem semelhanças e diferenças entre a língua falada e a língua de sinais. As diferenças talvez estejam relacionadas às condições para a produção e percepção das línguas. A língua de sinais não é produzida apenas manualmente, com as mãos, mas também emprega meios não manuais, que incluem expressões faciais, movimentos da boca, a direção do olhar, etc.

(SKLIAR, 1999, p.16)

Percebemos assim, a importância da língua de sinais na comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Pois, Skliar ainda afirma que:

[...] se é através da educação que o surdo poderá ter acesso a um avanço social e profissional e se a única língua utilizada na sua educação é o português, tanto na modalidade oral quanto escrita, estão este aprendiz já tem automaticamente bloqueados seus direitos como cidadão brasileiro.

(SKLIAR, 1999, p.25-26)

3 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

D. Pedro II ao vir para o Brasil trazia consigo a família real, dentre eles a sua filha, a Princesa Isabel e seu filho, neto de D. Pedro II, o qual era Surdo. Em 1857, o francês e professor Ernest Huet foi convidado por D. Pedro II para fundar o Instituto dos Surdos Mudos no Rio de Janeiro. Hoje em dia é um centro de referência e recebe o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

De acordo com as determinações do Congresso de Milão, em 1911, o Instituto aboliu o uso da Língua de Sinais.

Em 1929, foi fundado o internato para meninas surdas e posteriormente chamado de Instituto Santa Terezinha.

Em 1954 foi fundado o (IESP), Instituto Educacional São Paulo, e logo após foi doado para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEIS NO BRASIL

4.1 Declaração Universal dos Direitos Humanos

De acordo com a Declaração Universal Dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, podemos analisar alguns pontos.

Artigo 2º Inciso 1: Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

(BRASIL, 2009)

Conforme lemos podemos perceber que, o Artigo 2º da Declaração Universal Dos Direitos Humanos, diz que todo e qualquer ser humano tem o direito de gozar de seus direitos, independente de sua raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. Neste caso, podemos voltar ao assunto de pessoas surdas, onde desde o início do nosso trabalho, podemos ver que os Surdos eram excluídos de suas famílias, sendo afastados de suas casas, seus parentes, e mesmo quando estavam na escola eram proibidos de usar a Língua de Sinais. Mesmo depois da Declaração Universal Dos Direitos Humanos de 1948, vemos que ainda havia discriminação com relação às pessoas surdas, pois, ainda havia limitações no ensino para pessoas com deficiência, o que resultava nas dificuldades de conseguir um emprego remunerado, diferente de sapateiro ou costureiro.

4.2 Constituição Federal de 1988

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e atualizada em 2012, podemos ver que:

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]

(BRASIL, 1988, p.13)

Segundo a Constituição Federal de 1988, todos nós somos iguais perante a Lei, sem distinção de raça, cor, sexo, religião, opinião política, nacionalidade, riqueza, ou qualquer outra condição, seja ela, deficiência física, mental ou necessidades especiais. Reforçando assim, o que esta na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

4.3 Declaração de Salamanca

A Declaração de Salamanca (Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social) é considerada mundialmente como um dos mais importantes documentos que visam à inclusão social de pessoas com deficiência.

Entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Especial na cidade de Salamanca, na Espanha, onde contou com a participação de 88 países e 25 organizações internacionais. Diante da necessidade e urgência, a Conferência tinha como objetivo buscar a harmonia entre a educação e uma educação inclusiva.

A Declaração de Salamanca acredita e proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

(DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 2)

A partir de então, ficou estabelecido à inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares. No entanto, as escolas devem estar preparadas com profissionais capacitados para que possam junto com a equipe que acompanha a criança (especialistas da área médica), serem capazes de identificar a melhor forma de trabalhar a deficiência e seu nível de atuação agregando assim, à didática escolar.

A Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, diz que:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

(BRASIL, 2002)

Portanto, de acordo com a Lei Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, é da responsabilidade dos sistemas educacionais municipais e estaduais favorecerem o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, no entanto, o ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras nos cursos de formação, não substituirá a linguagem escrita. Por isso, se dá a importância de um interprete em sala de aula, para que possa haver a tradução da língua falada para a língua de sinais, e o aluno possa compreender de maneira

clara o conteúdo abordado em sala de aula, assim como também, possa haver uma interação entre os colegas de sala.

A importância de um intérprete está previsto no Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

(BRASIL, 2002)

O Tradutor e Intérprete devem estar legalizados de acordo com a Lei Nº 12.319, de 1º de Dezembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras – Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. O exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

(BRASIL, 2010)

4.4 Lei de Diretrizes e Bases – LDB

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece que:

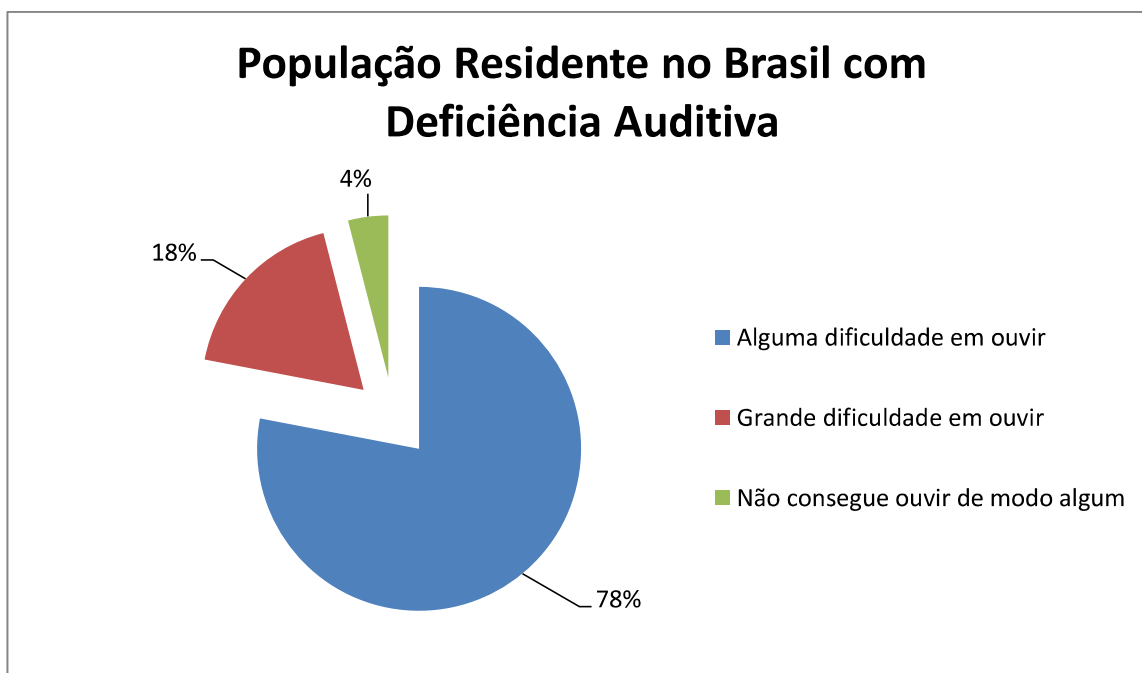
Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
[...] III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
(BRASIL, 2005)

Podemos ver então que, a Lei prevê que as crianças com necessidades especiais, sejam atendidas em instituições de ensino regular. Enfatizando assim que não é adequado permitir que crianças com deficiência ou com necessidades especiais sejam isoladas do convívio das pessoas e da sociedade.

5. DEFICIÊNCIA AUDITIVA

5.1 O que é deficiência auditiva?

De acordo com uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, 19% da população brasileira apresenta pelo menos uma deficiência, seja ela, motora, visual, intelectual ou auditiva. Sendo assim, cerca de dez milhões de pessoas apresenta algum problema auditivo. De acordo com Honora a representação populacional de pessoas com deficiência auditiva em 2010, seria:



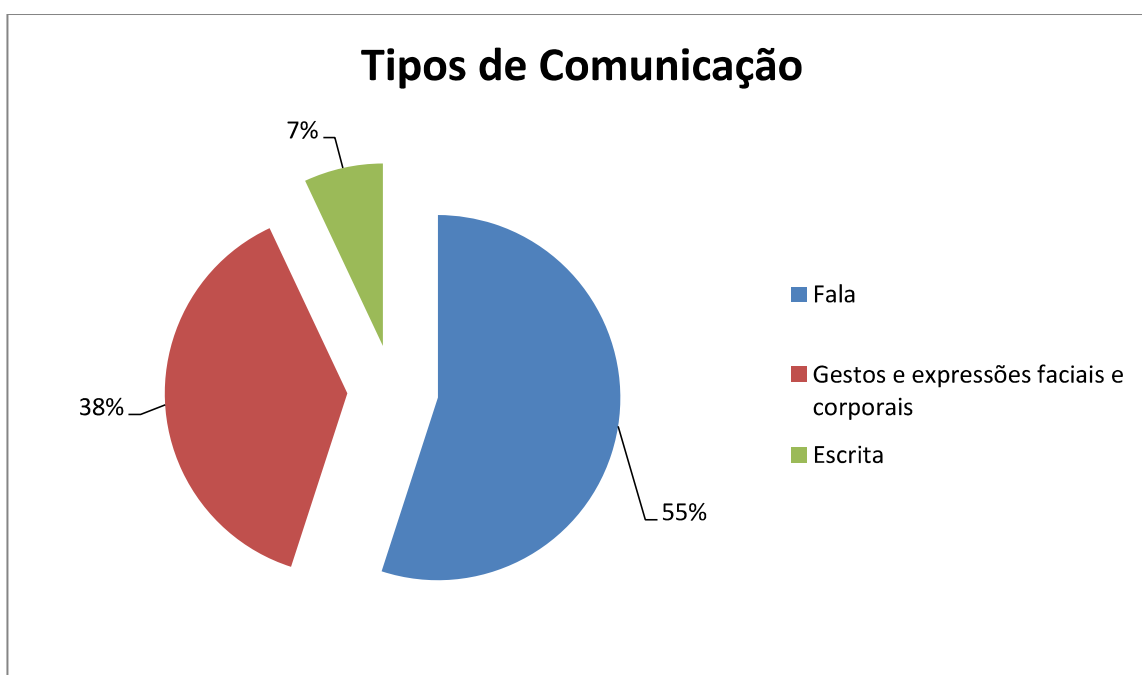
(HONORA, 2014, p. 12)

De acordo com a Lei n. 5.296/04, que define como sendo deficiência auditiva, a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um (41) decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Observando ainda o gráfico acima, podemos ver que as pessoas classificadas com grande dificuldade em ouvir ou que não conseguem ouvir de modo algum, terão grandes dificuldades para interagir com outras pessoas, pois, uma das características importantes do ser humano é a capacidade de comunicar-se.

Essa comunicação pode ser realizada de diversas formas como exemplo, podemos citar o choro, o sorriso, a fala, a escrita, movimentos corporais, a maneira de olhar, a dança e não podemos deixar de lado a língua de sinais, a qual pode ser feita por meio de gestos juntamente com um conjunto de expressões faciais e corporais.

Com base nisso, podemos observar esse outro gráfico, onde tem como foco, mostrar os tipos de comunicação mais utilizados entre as pessoas.



(HONORA, 2014, p. 66)

Com base na visualização do gráfico podemos afirmar que, mais da metade da população comunica-se por meio da fala, em torno de 55%, já 38% comunica-se através de gestos, expressões faciais e corporais e por fim em torno de 7% das pessoas comunicam-se por meio da escrita. Observando o gráfico podemos constatar o fato da dificuldade de um indivíduo com surdez ou dificuldade em ouvir tem para comunicar-se, pois levando em consideração o ingresso de uma criança com surdez em uma escola regular, veremos alguns

problemas para que ela alcance sucesso em seu aprendizado, como por exemplo, acesso de letras em sala de aula, comandos gestuais, etc.

5.2 Distinções entre deficiência e surdez

É comum o termo deficiência auditiva ser usado de modo indiscriminado, para pessoas com problemas auditivos, mas há diferenças entre pessoa com deficiência auditiva e pessoa com surdez.

Para Honora, é classificado como:

- **Pessoa com deficiência auditiva** é aquela cuja audição está prejudicada a ponto de **dificultar**, mas não impedir a compreensão da fala. São pessoas que se comunicam de forma oral. Geralmente são pessoas que apresentam uma perda leve ou moderada. Estas pessoas podem fazer bom uso de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual e apresentam, na maioria das vezes, uma boa leitura labial, o que facilita seu acesso à língua oral e, em consequência, ao processo de alfabetização e letramento.
- **Pessoa com surdez** é aquela cuja audição está prejudicada a ponto de **impedir** a compreensão da fala através do ouvido, com ou sem o uso de um Aparelho de Amplificação Sonora Individual. As pessoas com Surdez são pessoas usuárias da Língua de Sinais – no Brasil, Língua Brasileira de Sinais. Geralmente são pessoas que apresentam uma perda auditiva severa ou profunda. Estas pessoas podem ou não fazer uso da leitura labial e se comunicar pela língua oral, dependendo das intervenções e tratamentos feitos anteriormente.

(HONORA, 2014, p. 25-26)

Para além das definições de carácter mais biológico, conceitua-se o sujeito surdo como o indivíduo que percebe o mundo através de experiências visuais e escolhe utilizar a língua de sinais, valorizando a cultura e a comunidade surda. Como o aluno protagonista do estudo de caso que será descrito no presente trabalho será denominado de deficiente auditivo, pois não teve contato com a língua de sinais nem convive com a comunidade surda.

Contudo, ao fazermos referência a pessoas com alguma limitação auditiva devemos ter cautela ao fazermos tal referência, pois, apesar do uso indiscriminado do termo “surdo-mudo”, as pessoas não pronunciam palavras porque não as ouve, e não porque apresentam alguma dificuldade na fala, por isso, o termo correto para ser usado com uma pessoa com limitação auditiva é surdez.

6. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

6.1 O que é Atendimento Educacional Especializado – AEE?

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, entendemos que:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

(BRASIL, 2007, p. 11)

Como o texto citado acima, entendemos que as salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE tem a função de organizar recursos pedagógicos específicos, a fim de facilitar a aprendizagem de crianças com necessidades especiais em escolas públicas do país.

A educação para crianças com deficiência ou necessidades especiais também está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu parágrafo 4º e 5º do Artigo 59, prevê que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

(BRASIL, 2005, p. 25-26)

6.2 Qual o papel do professor do AEE?

Com base nisso, podemos perceber a importância do professor na sala de aula regular com crianças com deficiência ou com necessidades especiais, não como mero transmissor de conhecimentos, mas como um agente facilitador de conhecimentos.

Os alunos já chegam à escola com uma carga de conhecimento, e isso não pode ser anulado, pelo contrário, deve ser investida uma atenção especial, pois, esses pequenos conseguem, por exemplo, dependendo da deficiência, dar significados diversos de maneira simples e clara, a palavras em que às vezes é de difícil compreensão até para os adultos, mas que no final de tudo têm tudo a ver com o tema proposto.

6.3 Qual é a importância da sala de recurso multifuncional?

A sala de recurso multifuncional tem como finalidade realizar um planejamento que acompanhe, avalie e complemente as estratégias pedagógicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Considerando assim, os alunos dotados com necessidades especiais, as suas habilidades e também as necessidades particulares e individuais.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) no artigo 58, § 1º e § 2º, entende-se que:

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

(BRASIL, 2005, p. 25)

7. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DAS PESSOAS COM SURDEZ

Considerar a diversidade humana é condição para entender como se dá o aprender e como o indivíduo compreende e estrutura o mundo e a si mesmo. Nesse enfoque, um dos pontos fundamentais diz respeito à inclusão do aluno com dificuldade para aprender conceitos pré-acadêmicos e, principalmente, os conteúdos referentes à alfabetização. Tais aprendizagens, se não ocorrerem, podem interferir no futuro desta criança e em suas expectativas como adulto.

(RODRIGUES, 2014, p. 17)

De acordo com as autoras, podemos concluir que para uma criança que tenha dificuldades em aprender, por meios regulares, a escola deve proporcionar meios necessários para que o aluno supere as suas dificuldades, pois, a falta da devida interferência pedagógica pode acarretar problemas futuros nos anos subsequentes do indivíduo.

8. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PEDAGÓGICOS NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Para Teixeira:

Quando está brincando, a criança tem a possibilidade de extravasar suas emoções, reproduzir situações que lhe foram traumáticas, expressar seus desejos e suas angústias, assumir diversos papéis, reviver, refazer e reorganizar situações indesejadas. (TEIXEIRA, 2012, p. 54)

O uso de materiais concretos, como jogos, por exemplo, contribuem de uma forma significativa para o aprendizado, pois durante a utilização do jogo como prática pedagógica, a criança é estimulada a resolver situação abordada. Levando-a pensar qual a melhor maneira

de solucionar a questão. Por isso, Teixeira em seu livro afirma que: [...] podemos afirmar que o jogo, o brinquedo e a brincadeira contribuem para o desenvolvimento saudável. (TEIXEIRA, 2012, p. 55)

9. ESTUDO DE CASO

Segundo Robert K. Yin em seu livro Estudo de Caso Planejamento e Métodos de (2005),

O estudo de caso pode ser tratado como importante estratégia metodológica para a pesquisa em ciências humanas, pois permite ao investigador um aprofundamento em relação ao fenômeno estudado, revelando nuances difíceis de serem enxergadas “a olho nu”. Além disso, o estudo de caso favorece uma visão holística sobre os acontecimentos da vida real, destacando-se seu caráter de investigação empírica de fenômenos contemporâneos.

(GOMES, 2008, p.1-2)

Para analisar a criança em destaque, como a sua chegada à escola, o seu desenvolvimento, a sua interação com os colegas de sala, com a professora e com os demais funcionários da escola, optamos por fazer um estudo de caso, onde, segundo o autor Yin permite que o investigador, nesse caso, a professora, tenha a oportunidade de através da experiência vivenciada, relate os momentos vivenciados, nesse caso, com uma criança surda, que possui um implante coclear.

9.1 Perfil do sujeito

Para resguardar o anonimato da criança durante o relato de experiência iremos chamá-lo de (João).

João nasceu com 0% de audição no ouvido direito e 20% de audição no ouvido esquerdo. Aos quatro anos de idade realizou o implante coclear do ouvido direito. A família de João residia na cidade de Piancó onde João estudava em uma escola pública, cursando o 4º ano do ensino fundamental 1. Apesar de esforços da família e da escola a criança ainda não havia sido alfabetizada até aquele momento.

No início do ano de 2015, a família de João passando férias na casa de parentes na cidade de Campina Grande, decidiram matricular os seus três filhos em escolas da cidade.

Em busca de uma qualidade de ensino diferenciada os pais da criança procuraram escolas da cidade de grande porte, no entanto, a mesma orientou aos pais que, para um melhor

acompanhamento da criança era necessário uma escola de porte menor onde a quantidade de alunos por sala era menor e conseqüentemente a absorção de conteúdos seria melhor.

Diante desse fato João e a família resolveram mudar – se de vez para a cidade de Campina Grande.

João chegou a escola (A) no início do ano de 2015, com dificuldades na fala, dificuldades de interpretar palavras, como por exemplo, “cantina”. No entanto, apresentava grande facilidade de interação com os demais alunos da sala, além de esforçar – se para conseguir realizar as mesmas atividades das outras crianças, já que ele fazia atividades de revisão do infantil V, atividades do 1º ano e inserido em uma sala mista do 4º e 5º ano do fundamental I.

João chegou à escola escrevendo junção de letras consoantes para escrever palavras, como por exemplo, JACARÉ (jcr) encontrando-se no nível silábico, onde a quantidade de letras corresponde com a quantidade de partes de uma palavra, ou seja, a quantidade de partes de uma sílaba.

Essa escrita constitui um grande avanço, e se traduz num dos mais importantes esquemas construídos pela criança, durante o seu desenvolvimento. Pela primeira vez, ela trabalha com a hipótese de que a escrita representa partes sonoras da fala, porém, com uma particularidade: cada letra vale por uma sílaba. Assim, utiliza tantas letras quantas forem as sílabas da palavra.

(LOPES, 2010, p.9)

João ainda chegou à instituição de ensino com dificuldades de identificar algumas letras do alfabeto, pensando nisso, o aluno realizava atividades de revisão do alfabeto, assim como também atividades para o nível de alfabetização. O aluno chegou a escola com 9 anos, por isso, foi inserido em uma turma mista, com crianças do quarto (4º) e quinto(5º) ano do fundamental I.

Logo que a escola matriculou o aluno (pois o mesmo foi matriculado quando as aulas já haviam iniciado), foi conversado e comunicado à professora sobre o aluno novato, essa conversa foi importante para que a professora soubesse de alguns dados fundamentais sobre o histórico do aluno, tanto familiar como escolar.

Após a conversa a professora planejou um dia específico para conversar com os seus alunos, explicando e refletindo sobre o novo colega de sala que chegaria após alguns poucos dias.

A conversa girou em torno de como podíamos ajudar João na interação com a turma, quais brincadeiras poderiam ser realizadas para que todos da turma pudessem participar e interagir uns com os outros.

No dia em que o educando chegou à sala todos procuraram incluir e inserir na rotina da sala de aula da melhor maneira possível.

Durante as brincadeiras no parque, a professora foi verificar se todos estavam brincando, ao chegar ao parque verificou que algumas crianças estavam sem brincar com o colega novato por não saberem como brincar, foi então que a professora fez uma intervenção mostrando como poderiam ser feitas as brincadeiras de modo que todos pudessem brincar.

A interação e socialização aconteceram de forma natural tanto por parte da sala como um todo, como por parte de João e de sua família.

A interação contribuiu de forma positiva na convivência escolar de João, pois, ao longo dos dias foi percebido e presenciado o entusiasmo em fazer parte da sala e também o esforço de realizar as suas atividades a fim de um dia ‘em breve’ realizar as atividades do quarto e quinto ano, pois, eram as atividades realizadas em sala para os demais colegas.

10. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola privada localizada no município de Campina Grande, no estado da Paraíba.

A escola atende crianças desde o berçário (a partir de 04 meses) até o 5º ano do Ensino Fundamental 1. A escola possui uma boa estrutura e é dividida em 3 blocos, sendo o bloco 1 composto pelo berçário atendendo crianças de (04 meses a 02 anos), o prédio possui 1 parquinho com brinquedos, 4 salas, 1 sala multifuncional, 1 trocador, 1 banheiro (para banho), 1 banheiro dividido para meninos e meninas, 1 cozinha, 1 cantina e no 1º andar encontra-se 1 quadra, 1 sala para a prática do balé e 1 banheiro. Bloco 2 composto de 1 parque grande com brinquedos, 2 salas de aula e no 1º andar 1 biblioteca (biblioteca e sala de vídeo). Bloco 3 encontra-se 2 banheiros para funcionários, secretária, diretoria, 1 banheiro, 2 salas de aula e no 1º andar encontra-se 2 sala de aula, 1 laboratório (sala de computadores e ciências), 1 sala para inglês e 1 banheiro.

A sala em que o aluno protagonista do estudo de caso que será descrito no presente trabalho, foi matriculado em uma sala de 4º e 5º anos do ensino fundamental 1, (a sala era mista na época), e era composta por 10 alunos.

Conforme os dias foram passando, houve a necessidade de incluir uma metodologia diferenciada para João, pois, ele não aceitava realizar atividades direcionadas somente para a necessidade dele, mas se a professora colocasse um jogo ou brincadeiras que incluíssem as outras crianças, ele aceitava participar. Pensando nisso, foram feitas pesquisas em busca de metodologias que empregassem a utilização de jogos pedagógicos para crianças surdas implantadas e oralizadas, entretanto, foram adaptados alguns jogos, pois, a cada dia João avançava mais e mais, porém, existia um enigma, chegando ao término do 2º ano com ele na sala, João conseguia ler e escrever palavras em nível de 2º ano, mas, não conseguia produzir textos orais e escritos, conseqüentemente também não conseguia transmitir oralmente a interpretação exigida após a leitura de um texto. Por isso foram inseridos durante as aulas, jogos coletivos que o auxiliasse na leitura e interpretação textual, tais como: o bingo com o texto: A casa e seu dono, de Elias José e o Jogo da Coesão e Coerência. Para realizarmos o bingo com o texto: A casa e seu dono, de Elias José, foram realizadas as leituras coletiva e individual do texto, A casa e seu dono, de Elias José, após, foram distribuídas as cartelas com palavras contidas no texto. Depois foi realizado o bingo com as palavras do jogo.

Como forma de ajudar na junção de palavras e construção de frases, foi usado o Jogo da Coesão e Coerência, onde consiste em um conjunto de quatro cubos, cada cubo contém um grupo de seis palavras diferentes, coladas cada uma em um lado do cubo, sendo assim, o cubo 1 contendo artigos e pronomes (as, alguma, alguns, o, uma e um), o cubo 2 contendo substantivos (menino, rã, leão, bruxa, boneca e amiga), o cubo 3 contendo verbo de ligação (permanece, é, foi, fica, está e parece) e o cubo 4 com os adjetivos (feroz, velho, alegre, má, bonita e serelepe). Com os alunos sentados no chão em posição de círculo, escolhem-se quatro alunos para jogarem os dados simultaneamente, depois realizar a leitura das palavras apresentadas em cada cubo, com isso, realizam questionamentos sobre como ordenar as palavras para formar uma frase e depois permitir que variem os vocábulos em gênero, número e grau. Após a estruturação de cada frase, outro grupo de alunos deverá jogar os cubos outra vez, o que deve ocorrer respeitando-se a necessidade da turma e o nível de envolvimento. Após a realização da atividade, cada aluno escolherá a frase de sua preferência e deverá registrar em seu caderno.

Ao iniciar o desenvolvimento do Jogo da Coesão e Coerência, o aluno João reagiu de forma a procurar os colegas de sala e depois, percebeu que eles estavam fazendo outro tipo de atividade, foi então que ele recusou-se a realizar a atividade pedida. No entanto, a professora percebeu a situação ocorrida e chamou os demais colegas para participarem do Jogo da Coesão e Coerência. A partir de então João quis participar da atividade, assim como também

os colegas de sala participaram e quiseram ajuda-lo na realização do mesmo. Favorecendo assim, um desempenho proveitoso na escrita, na oralidade e na construção afetiva para o aluno em questão e também entre o grupo de colegas de sala.

No decorrer do último ano de João na escola, desenvolveu o hábito da leitura e da escrita, lia pequenos textos, escrevia com autonomia pequenas palavras e interpretava a leitura de pequenas frases. João terminou o ano no nível alfabético, onde a criança é capaz de reproduzir os sons graficamente das palavras, caracterizando assim, o domínio da escrita convencional.

Confirmando assim, o grande potencial que João tinha, atrelado com a presença constante da família na escola.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação que inclui a criança com necessidades especiais dentro do ambiente escolar deve estar apta para receber uma diversidade de crianças pertencentes a vários grupos sociais, enriquecendo assim a interação social dentro do ambiente escolar e social. Dando assim a devida importância ao respeito mútuo entre pessoas distintas.

A sociedade que se configura exige que a educação prepare o aluno para enfrentar novas situações a cada dia. Assim, deixa de ser sinônimo de transferência de informações e adquire caráter de renovação constante. A escola de hoje é fruto da era industrial, foi estruturada para preparar as pessoas para viver e trabalhar na sociedade que agora está sendo convocada a aprender, devido às novas exigências de formação de indivíduos, profissionais e cidadãos muito diferentes daqueles que eram necessários na era industrial.

(SERAFIM, 2011, p.17 e 18)

A educação hoje deve estar preparada para atingir todas as esferas, não apenas no âmbito educacional, mas a escola deve ajudar na formação de crianças, pois, ao depara-se com situações em que encontramos crianças com necessidades educativas especiais devemos fazer com que elas não sejam podadas em seu potencial, pelo contrário devemos estimular todos os dias em diferentes áreas da pedagogia, na linguística, na matemática, na história, na geografia, nas artes plásticas e na área de ciências. Pesando nisso, o presente trabalho consistiu em abordar e analisar a importância de ter os recursos didáticos apropriados para as necessidades específicas dos alunos, porém, levando em consideração a importância de trabalhar com todo o grupo da sala, trabalhando assim de maneira diversificada com todos os alunos, sendo eles com limitações e necessidades especiais ou não, assim com também, aborda experiências vivenciadas dentro de sala de aula. As atividades escolhidas para

trabalhar com as crianças foram os jogos pedagógicos Coesão e Coerência e o bingo com o texto: A casa e seu dono, de Elias José, que visam trabalhar a leitura, escrita e a construção de pequenas frases.

Os resultados observados nesse estudo de caso mostram a importância da real inclusão de uma criança com surdez, portadora de implante coclear e ouvinte no meio escolar, onde podemos constatar a importância do elo entre família e escola, tendo em vista todo o processo de adaptação da criança, tanto na escola como na cidade, assim como também a adaptação de sua família.

Ficamos infinitamente satisfeitos pelas conquistas alcançadas durante o tempo em que a criança permaneceu na escola, pois, foi um processo árduo, mas ao final dos dois anos a criança terminou o ano lendo, escrevendo e interpretando pequenas frases. Essa criança é uma inspiração, pois apesar de todas as mudanças ocorridas em sua vida, nunca perdeu o sorriso no rosto. Levamos deste trabalho grandes ensinamentos, em que não podemos ver somente a dificuldade que esta na nossa frente, mas devemos ver e acreditar no potencial que cada criança pode ter, a família e a escola são fatores essenciais na formação acadêmica de cada criança e só assim poderemos ter uma educação de qualidade para todos.

USING THE GAME FOR CHILDREN WITH HEARING DISABILITY

ABSTRACT

Inclusion and acceptance of children with special educational needs are growing daily within the country's public and private schools, thus allowing them to have contact with other children, not just as normal, but also with other children with special educational needs. Once a child with specific educational needs is inserted into the classroom, it is a novelty for everyone in the school, for the teacher who will learn how to deal with one's own barriers and also with the limitations of the child, the children, they will also have to learn to live with the new friend, the student with educational needs, will have to adapt to a new environment, with different rules, different environments, specific times for the realization of different types of activities. Thus, the objective of the present work is to report the observation and approach worked in a constructive way, and diverse, experiences lived during the entrance of a deaf oralized child with cochlear implant in a mixed classroom of 4th and 5th year of fundamental 1, to this end, activities directed to the specific needs of the child and to the other children in the class were applied. The chosen activities were the pedagogical games Cohesion and Coherence and the bingo with the text: The house and its owner, of Elias José, that aim to work the reading, writing and the construction of small phrases. The results obtained were positive for the implanted deaf child, who was participative and committed to the school.

Keywords: Inclusion, Game, Child, School.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. **Bíblia Sagrada. O antigo e novo testamento.** 1º Ed. São Paulo: Geográfica editora, 2012.

BRASIL. MEC/SEESP. **Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Atendimento educacional especializado.** Material de formação docente. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **Declaração Universal Dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 15 de Outubro de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 13. Disponível em: <file:///C:/Users/rosangela/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf> Acesso em: 16 de Outubro de 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Brasília, **24 de abril de 2002.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/821803.pdf>> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 12.319, de 1º de Dezembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Lei de Diretrizes e Bases – LDB.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 16 de Outubro de 2016

Constituição da República Federativa do Brasil: Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.

Disponível em:< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf> >

Acesso em: 16 de Outubro de 2016

Decreto n. 5.296/04

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

Acesso em: 02 de Dezembro de 2017

Decreto Nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005 PDF

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Acesso em: 11 de fevereiro de 2018

GOMES. A. A. Estudo De Caso - Planejamento E Métodos.

Nuances: estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, 2008.

GOMES. M. Construindo as trilhas para a inclusão (Coleção Inclusiva). 2º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HONORA. M. Inclusão educacional de alunos com surdez: Concepção e alfabetização.

São Paulo: Cortez, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 2005

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

Acesso em: 16 de Outubro de 2016

Lopes, J. R. **Caderno do educador: alfabetização e letramento 1** / Janine Ramos Lopes, Maria Celeste Matos de Abreu, Maria Célia Elias Mattos. – Brasília: Ministério da Educação,

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. 68 p. : il. -- (Programa Escola Ativa)

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim e CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (Org.). **Práticas Inclusivas: fazendo a diferença**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

Resenha livre de YIN, R. K. Porto Alegre: Bookman, 2005. 2. Doutorado em Educação pela FFC/UNESP de Marília; Professor da Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da FCT/UNESP de Presidente Prudente-SP. E-mail: alberto@fct.unesp.br

(<https://books.google.com.br/books?hl=pt->

[BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=YIN,+Robert+K.+Porto+Alegre:+Bookman,+2005.+&ots=-k5nmmB3zC&sig=fREDi0cUYJ8ylXyxJGJS-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=YIN,+Robert+K.+Porto+Alegre:+Bookman,+2005.+&ots=-k5nmmB3zC&sig=fREDi0cUYJ8ylXyxJGJS-)

[hwGEUI#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EtOyBQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=YIN,+Robert+K.+Porto+Alegre:+Bookman,+2005.+&ots=-k5nmmB3zC&sig=fREDi0cUYJ8ylXyxJGJS-hwGEUI#v=onepage&q&f=false))

Acesso em: 12 de fevereiro de 2018

SERAFIM Maria Lúcia, SOUSA Robson Pequeno de. **Tecnologias Digitais na Educação**. In: SOUSA Robson Pequeno de, MOITA Filomena M. C. da S. C. e CARVALHO Ana Beatriz Gomes (org.). Campina Grande: EDUEPB 2011, p. 17 a 18.

Site da ONU:

<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

Acesso em: 16 de Outubro de 2016

SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e Linguística**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

TEIXEIRA, S. R. O. **Jogos, brinquedos e brincadeiras: implicações no processo de aprendizagem e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. WAK Editora, 2012.